

Fragelli evoca Tancredo Neves

Ao discursar ontem para todo o País, através de cadeia nacional de rádio e televisão, o senador José Fragelli procurou resgatar a imagem pública do Congresso Nacional, explicando como trabalham os congressistas — o que justificaria as ausências nas duas Casas — e o seu desempenho ao longo da história.

Fragelli começa evocando a lembrança mais forte para a sociedade brasileira — a eleição de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral. Após abordar a criação da Petrobrás, em 1953, concluiu falando dos projetos aprovados depois da posse do presidente José Sarney, como, por exemplo, o novo orçamento para a educação. Segue a íntegra do discurso:

«Cada um de vocês deu sua parcela de contribuição para esse momento, que acabamos de ouvir com emoção. Aí, na eleição de Tancredo Neves e José Sarney, consolidamos a penosa caminhada de 20 anos para a democracia e o Congresso Nacional foi o instrumento da história dessa época, foi o veículo da mudança.

O Congresso soube ser o intérprete fiel da sociedade brasileira, não faltou ao Brasil e aos brasileiros. E é sobre esse Congresso que podemos dar a cada um de vocês uma imagem honesta e real da sua existência e atividade.

Congresso é representação. Representação de 130 milhões de brasileiros por 69 senadores e 476 deputados.

O que eles procuram fazer, reunidos na capital da República é advogar os interesses de seus representados como pessoas, e como comunidades, às milhares de comunidades dispersas pelo grande espaço brasileiro. Pelo bom ou mau desempenho desse mandato, os congressistas são julgados pelo povo a cada 4 anos. E eles terão renovados ou não os seus mandatos pela livre vontade dos seus representados, no julgamento daquele desempenho. Assim a democracia é a liberdade de julgar e a liberdade de renovar.

Para isso, é preciso ter pelo menos, uma visão resumida da atribulada existência de um político

e da ação que desenvolve desde o seu município-sede até aqui, em Brasília.

Julgar um deputado ou senador, pelo parâmetro de seu comparecimento às sessões é desconhecer a vida do homem público e de como se desdobram as suas múltiplas e complexas atividades, como representante da sua região e do seu Estado, e as responsabilidades decorrentes dos seus variados e extensos compromissos com o seu partido local, com os seus correligionários, e com o seu eleitorado nas áreas de sua atuação. Daí que Ruy Santos, o experientado e saudoso político com tantos anos de serviços nas assembleias populares, dizia que o parlamentar é um procurador, e procurador para tudo. O eleitor está convencido que o elegeu para isso. E quer cumprimento do mandato no sentido mais amplo. E aí daquele parlamentar que, procurado para qualquer ajuda não se disponha a ajudar. Daí as faltas — pelo menos algumas — às sessões, ao atendimento da função primordial para que o parlamentar foi eleito. E no âmbito do Congresso, o deputado ou o senador não podem circunscrever a sua atuação ao plenário.

Ele tem um gabinete onde recebe desde seu governador, os seus deputados e prefeitos estaduais até o mais humilde cidadão que pede recomendação ou ajuda.

Ele responde volumosa correspondência, comparece às comissões para as quais já vem sobraçando pareceres que lhe custaram horas de estudo em casa e ali debate e vota os seus e os pareceres dos outros.

Peregrina quantas vezes pelos Ministérios e repartições atendendo processos e pleitos do seu governo, das suas prefeituras e dos seus longínquos eleitores.

É fora da capital da República e do Congresso, e raro o mês em que não deva ir ao Estado para as suas obrigações partidárias, para contatos com os companheiros que lidera e lhe dão sustentação nas bases e aos quais dá também apoio, nesse mutualismo constante de colaboração e companheirismo que é a política, procedimentos esses sem os quais nenhum político sobrevive.

Por tudo isso é que sem dúvida Ruy Barbosa assim pregava no plenário senatorial da Velha República. Há presenças mudas e es-

téreis, há ausências fecundas e laboriosas. O representante da Nação não pode ser medido pela craveira, nem do número de presenças, nem do número de ausências no recinto do Parlamento a que pertence. Essa ameaça, com que se lhe acena, da publicidade cotidiana pelas colunas dos jornais dos nomes dos ausentes das sessões das Câmaras, faz-me ir.

Voltando aos nossos dias, seria absurdo imaginar, que o Congresso, a instituição mais agredida, mais combatida, mais esvaziada em 20 anos de arbítrio, chegasse sem marcas ao fim desse período.

O Poder Legislativo foi duramente atingido. Mas não se dobrou. Manteve as melhores tradições do seu passado, pois foi sempre no Congresso Nacional que se materializaram as mais sentidas e queridas reivindicações do povo brasileiro.

Como a criação da Petrobrás, em 1953 é o primeiro e grande exemplo.

Na nossa história mais recente, exatamente no período em que o Congresso viveu momento importante que há de ficar marcado na consciência do povo brasileiro, em 1979, votou-se a anistia política aos brasileiros punidos e exilados. A partir de uma mensagem do Executivo o Congresso lutou e ampliou os benefícios do projeto. Foi um dos momentos mais altos e generosos da história republicana. Um gesto pacificador da convivência brasileira, quem não se lembra?

São de iniciativa desse Congresso que aí está, em 1983, duas grandes medidas.

Uma de ordem política, de superação do regime federativo, a emenda Passos Porto, e outra do mais amplo e duradouro efeito social, a emenda João Calmon, reservando 13 por cento da receita federal para a educação.

Ano passado, aprovou-se a Lei de Informática, que vencendo resistência de grandes interesses, veio garantir ao Brasil a necessária interdependência para aquisição de tecnologia nesse importante campo.

Já nesse ano de 85, o Congresso restabeleceu a eleição direta para presidente da República, prefeituras de capitais e áreas de segurança. Votou a livre organização dos partidos políticos, o direito de voto para os analfabetos, e a representação política ao Distrito Federal.